



Universidade Federal do Pampa

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANT'ANA DO LIVRAMENTO
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

FABIAN PEREIRA RODRIGUES

**GESTÃO PÚBLICA E O ACESSO À ÁGUA NO MEIO RURAL: estudo de caso em
Quaraí**

TRABALHO DE CURSO

**Sant'Ana do Livramento
2025**

FABIAN PEREIRA RODRIGUES

GESTÃO PÚBLICA E O ACESSO À ÁGUA POTÁVEL NO MEIO RURAL: estudo de caso em Quaraí

Trabalho de curso apresentado ao Curso de Administração, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Aprovado em ____ de ____ de 2025:

Prof. Dr. Jeferson Luís Lopes Goularte
Universidade Federal do Pampa
(Presidente/Orientador)

Profª. Dra. Fabiane Tubino Garcia
Universidade Federal do Pampa
(Membro da banca)

Prof. Dr. Mauro Barcellos Sopena
Universidade Federal do Pampa
(Membro da banca)

**Sant'Ana do Livramento
2025**

GESTÃO PÚBLICA E O ACESSO À ÁGUA NO MEIO RURAL: estudo de caso em Quaraí

Este estudo tem como objetivo avaliar a eficácia, eficiência e efetividade dos poços artesianos comunitários em Quaraí (RS), como política pública para garantir o acesso à água potável na zona rural do município no período de 2022 a 2025. Na revisão da literatura são abordados os conceitos de políticas públicas, marco legal do saneamento, orçamento público e planejamento no município de Quaraí. A metodologia do estudo é de natureza aplicada, descritiva e de abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando o método de estudo de caso. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas com os gestores públicos, questionários aplicados aos moradores beneficiados e análise de documentos oficiais. Para os dados qualitativos foram analisados de forma interpretativa, enquanto os dados quantitativos foram estruturados, organizados em tabelas e por fim convertidos em porcentagens para simplificar a comparação e verificação de padrões nos resultados. Os resultados, quanto ao fornecimento de água potável, indicaram melhorias significativas na qualidade de vida, além da redução dos gastos, prevenção de doenças e fortalecimento dos vínculos comunitários. Além disso, observou-se que os poços artesianos ajudaram as famílias a permanecer no campo, além de diminuir a dependência das chuvas, caminhões-pipa e deslocamentos à cidade para adquirir água potável, também facilitando o trabalho na lavoura e na criação de animais. As pessoas passaram a se envolver mais no cuidado da água, melhoraram as condições de higiene, apresentando mais tranquilidade e bem-estar no seu dia a dia. Conclui-se que o resultado alcançado e a continuidade de programas voltados aos recursos hídricos dependem do uso responsável dos recursos públicos e da participação contínua da população nas decisões, proporcionando ganhos duradouros ao meio rural.

Palavras-chave: gestão pública; recursos hídricos; poços artesianos; políticas públicas; zona rural.

PUBLIC MANAGEMENT AND ACCESS TO WATER IN RURAL AREAS: case study in Quaraí

ABSTRACT

This study aims to evaluate the efficacy, efficiency, and effectiveness of community artesian wells in Quaraí (RS), as a public policy to guarantee access to potable water in the municipality's rural area from 2022 to 2025. The literature review addresses the concepts of public policies, the legal framework for sanitation, public budgeting, and planning in the municipality of Quaraí. The study methodology is applied, descriptive, and uses a qualitative and quantitative approach, employing the case study method. Data collection occurred through interviews with public managers, questionnaires administered to beneficiary residents, and analysis of official documents. Qualitative data were analyzed interpretively, while quantitative data were structured, organized into tables, and finally converted into percentages to simplify comparison and verification of patterns in the results. The results, regarding the supply of potable water, indicated significant improvements in quality of life, as well as reduced expenses, disease prevention, and strengthening of community ties. Furthermore, it was observed that artesian wells helped families remain in the countryside, in addition to reducing dependence on rainfall, water trucks, and trips to the city to obtain drinking water, also facilitating work in agriculture and animal husbandry. People became more involved in water conservation, improved hygiene conditions, and experienced greater peace of mind and well-being in their daily lives. It is concluded that the results achieved and the continuity of programs focused on water resources depend on the responsible use of

public resources and the continuous participation of the population in decision-making, providing lasting benefits to rural areas.

Keywords: public management; water resources; artesian wells; public policies; rural areas.

GESTIÓN PÚBLICA Y ACCESO AL AGUA EN ZONAS RURALES: estudio de caso en Quaraí

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo evaluar la eficacia, eficiencia y efectividad de los pozos artesianos comunitarios en Quaraí (RS), como una política pública para garantizar el acceso al agua potable en el área rural del municipio de 2022 a 2025. La revisión de la literatura aborda los conceptos de políticas públicas, el marco legal para el saneamiento, el presupuesto público y la planificación en el municipio de Quaraí. La metodología del estudio es aplicada, descriptiva y utiliza un enfoque cualitativo y cuantitativo, empleando el método de estudio de caso. La recolección de datos se produjo mediante entrevistas a gestores públicos, cuestionarios administrados a los residentes beneficiarios y análisis de documentos oficiales. Los datos cualitativos se analizaron interpretativamente, mientras que los datos cuantitativos se estructuraron, organizaron en tablas y finalmente se convirtieron en porcentajes para simplificar la comparación y la verificación de patrones en los resultados. Los resultados, con respecto al suministro de agua potable, indicaron mejoras significativas en la calidad de vida, así como la reducción de gastos, la prevención de enfermedades y el fortalecimiento de los lazos comunitarios. Además, se observó que los pozos artesianos ayudaron a las familias a permanecer en el campo, además de reducir la dependencia de la lluvia, los camiones cisterna y los viajes a la ciudad para obtener agua potable, facilitando también el trabajo en la agricultura y la ganadería. Las personas se involucraron más en la conservación del agua, mejoraron sus condiciones de higiene y experimentaron mayor tranquilidad y bienestar en su vida diaria. Se concluye que los resultados alcanzados y la continuidad de los programas centrados en los recursos hídricos dependen del uso responsable de los recursos públicos y de la participación continua de la población en la toma de decisiones, lo que genera beneficios duraderos para las zonas rurales.

Palabras clave: gestión pública; recursos hídricos; pozos artesianos; políticas públicas; zonas rurales.

1 INTRODUÇÃO

Imagine-se morador da zona rural, onde, ao acordar todas as manhãs, a única opção para saciar a sede é uma água de açude, misturada com barro e sujeira, que precisa ser fervida ou “purificada” com jujos todas as vezes que precisar usar a água para matar as bactérias. A mesma fonte de água que serve para saciar a sede dos animais, é também usada para todas as necessidades da propriedade, comprometendo a saúde e bem-estar da família. Torna-se necessário seu filho que mora na cidade, levar água potável, diante da precariedade do acesso e da escassez hídrica agravada nos períodos de pouca chuva. Essa é a realidade que uma família enfrenta diariamente no interior do município de Quaraí, em que há convivência com insegurança e dependência de políticas públicas que possam garantir o direito fundamental à água. Com a Resolução 64/292, aprovada em 28 de julho de 2010, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que a água e o saneamento são direitos humanos fundamentais. Os Estados são obrigados a assegurar que o acesso seja universal, seguro e constante à água potável, incluindo as comunidades rurais que demandam de uma atenção especial.

Young (2018) explica que, muitas vezes, nas decisões de reuniões e conselhos com a participação da população nem sempre é levado a sério pelo governo. Sendo assim, deve ser compreendido que esses espaços são importantes para que as pessoas opinem e também formem decisões sobre temas como o uso da água potável e que a opinião delas seja considerada na tomada de decisão do governo. Portanto, ajudar a criar diálogo e trocar experiências deveria estar presente em qualquer relação entre a população e o governo. Para a autora, é difícil e demorado colocar a sociedade de verdade dentro das decisões sobre a água. É preciso ter paciência e também uma forma diferente de participação popular, incluindo a forma de pensar.

É possível afirmar que as políticas públicas só ganham sentido real quando se materializam por meio dos instrumentos de planejamento e orçamento. É a partir deles que as ações do poder público deixam de ser apenas intenções e se transformam em iniciativas concretas, com impacto direto na vida da população. No caso do acesso à água, por exemplo, isso significa levar dignidade a comunidades que ainda enfrentam a escassez, mostrando que políticas bem planejadas e financiadas são capazes de transformar realidades.

De acordo com Lima (2022), o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) formam o tripé do planejamento e orçamento no setor público. Cada um tem seu papel específico e complementar. O PPA funciona em um médio prazo e ajuda a definir as metas e objetivos do governo para um período de quatro anos, também pensando nas ações governamentais que tenham uma continuidade e impacto por mais tempo. A LDO entra como uma ponte entre o PPA e o orçamento anual, ela define quais serão as principais prioridades, além de orientar a elaboração do orçamento, trazendo regras importantes sobre despesas, metas fiscais e mudanças na legislação tributária. Já na LOA estão previstas as receitas que o governo espera arrecadar e as despesas que pretende realizar para o ano, delineando onde e como esses recursos públicos serão aplicados. Todos esses instrumentos ajudam no planejamento das ações governamentais para que tudo esteja alinhado com a execução orçamentária com mais transparência e eficiência na gestão pública.

Para Azevedo, Varela e Suzart (2024), o orçamento público é um fator essencial e desempenha um grande papel na tomada de decisão, junto à transparência da gestão de recursos, assim funcionando como instrumento de controle de gastos públicos. Além disso, ele pode ser analisado sob diferentes perspectivas, incluindo sua função alocativa e gerencial, bem como seu uso como ferramenta política na distribuição de investimentos e execução de projetos governamentais. Dessa forma, a destinação de recursos para iniciativas como a perfuração de poços artesianos gratuitos na zona rural deve estar alinhada às diretrizes orçamentárias e aos padrões contábeis do setor público.

O planejamento orçamentário, segundo Giacomoni (2010), é uma ferramenta estratégica que contribui para o controle e a organização das finanças públicas e permite que o governo atue de maneira coordenada e transparente. No entanto, o autor menciona que o planejamento é essencial para conseguir alinhar os gastos às prioridades do poder público, para que recursos sejam aplicados de maneira correta e responsável. Projetos como a instalação de poços artesianos em comunidades rurais, por exemplo, exigem esse tipo de organização prévia, pois envolvem decisões sobre alocação de verba, prazos e metas. Dessa forma, o planejamento orçamentário torna-se um passo indispensável para que iniciativas como essa saiam do papel e gerem impacto real na vida das pessoas.

Neste contexto, no município de Quaraí, localizado no Rio Grande do Sul, a Prefeitura municipal, desde 2022, tem implementado políticas públicas que são voltadas ao acesso à água através de perfurações para fazer poços artesianos, que tem por objetivo final, a melhoria significativa de vida de moradores da zona rural. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Quaraí possui uma área territorial total de

3.139,995 km², e é um dos maiores municípios do Rio Grande do Sul em extensão territorial. Em 2022, a população era de 23.500 habitantes e seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 foi de 0,704 (IBGE, 2024). Além disso, a cidade depende majoritariamente de receitas externas, e segundo os dados do IBGE, em 2023 correspondia a 85,66% do orçamento municipal. Todos esses dados ajudaram a evidenciar a importância de investimentos gerais, inclusive, na melhoria da infraestrutura hídrica, especialmente para atender à população rural.

Entretanto, existe uma ferramenta essencial para que intenções políticas se transformem em ações concretas, o Plano Plurianual (PPA), que é uma garantia que os investimentos públicos estejam organizados de forma mais planejada e voltada para o bem-estar da população. Segundo Andrade et al. (2010), os programas criados no âmbito do PPA devem estar voltados para atender demandas reais da sociedade, sendo estruturados a partir de um diagnóstico dos problemas existentes. O Projeto dos Poços, chamado de "Programa Água para Todos" pode ser visto em projetos voltados à melhoria na sociedade, este corresponde diretamente a uma necessidade básica da população. Ao organizar essas ações dentro de um programa específico, o governo tende a ampliar a eficiência da sua gestão, para assegurar uma maior transparência e reforçar o bem-estar coletivo.

No Plano Plurianual (PPA) do município de Quaraí para o período de 2022 a 2025, foi aprovada a lei n.º 3.845, de 19 de outubro de 2021, neste plano, há a implementação da ação de Assistência Financeira e Material aos Pequenos Produtores Rurais que visa contemplar a perfuração de poços artesianos. Ainda respaldada por essa lei, têm como objetivo principal apoiar o fornecimento de recursos hídricos às comunidades rurais. Sob a coordenação da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem-Estar Animal, o programa tem um custo total estimado de R\$ 1.131.021,39 (Quaraí, 2021).

Assim, o impacto na vida dessas comunidades na zona rural é evidente, sendo fundamental soluções estruturais para minimizar a escassez de água que afeta muitas famílias. Apesar dos investimentos públicos em infraestrutura hídrica, há desafios relacionados à construção e manutenção dos poços artesianos, além da garantia da qualidade da água fornecida. Assim, surge a questão de pesquisa: Como os poços artesianos comunitários podem contribuir para a melhoria do acesso à água potável na zona rural de Quaraí? E para responder a questão de pesquisa tem-se o objetivo geral: Avaliar a eficácia, a eficiência e a efetividade dos poços artesianos comunitários em Quaraí, como política pública para garantir o acesso à água potável na zona rural do município. Para cumprir o objetivo geral tem-se os objetivos específicos: a) identificar a quantidade prevista em relação à quantidade entregue de poços artesianos de acordo com cronograma de execução (eficácia); b) verificar o gasto previsto em relação ao gasto realizado dos poços artesianos na execução orçamentária (eficiência); c) analisar os benefícios do acesso à água potável para a comunidade rural (efetividade).

Essa pesquisa se justifica em entender como a gestão da água é feita nas áreas rurais e de que forma isso pode ajudar a melhorar as políticas públicas, impactando na vida das pessoas que moram nessas regiões. O tema se torna relevante quando observamos os dados que o IBGE (2023) divulgou, em que é informado que 93,4% dos domicílios urbanos têm acesso à rede de abastecimento de água, esse número cai drasticamente para 32,3% nas zonas rurais do país. Isso ajuda a deixar claro o quanto as áreas rurais ainda têm desafios em relação ao acesso à água de qualidade nessas comunidades, que muitas são afastadas da cidade.

Há uma ineficiência no fornecimento de água por parte da rede pública, fazendo com que a população encontre outras maneiras de obter uma fonte de acesso à água. Neste aspecto, doenças Infecciosas e Parasitárias (DIP) podem aparecer a partir de barreiros (água proveniente de carros pipa), que também são usados pelos animais, fazendo com que internações hospitalares apareçam, necessitando de medidas governamentais para melhorias no acesso aos recursos hídricos apropriados (Oliveira *et al.*, 2017).

Santos (2023) aponta que, no estudo dele, feito no Nordeste, a falta de chuva é vista como a principal razão do porquê muitas pessoas ainda não têm acesso à água potável. No entanto, ele destaca que há problemas nos fatores sociais e políticos em muitos locais dessa região, o que torna o problema ainda mais complexo do que pode parecer. Entretanto, para ajudar a resolver essa questão, é preciso ver as reais necessidades da população como um todo de uma forma mais clara. Assim, é perceptível que mais Políticas Públicas devem ser criadas para o meio rural, seja em nível local ou microrregional.

Nesse sentido, as comunidades que são contempladas para receber os poços artesianos, necessitam ter a conscientização sobre o uso exacerbado da água, pois, como foi dito, pode haver economia financeira e melhoria no dia-a-dia. Entretanto, é essencial, sobretudo, que haja sensibilização por ser um bem comunitário, e ter o entendimento de que o poço pode secar por excesso da vazão e capacidade de recarga do lençol freático, além de ter o risco de danificar o equipamento de bombeamento e entupimento nos filtros.

Esta pesquisa contribuirá para compreender como as comunidades rurais lidam com os desafios da escassez de água e como o comportamento das pessoas é influenciado pelo comportamento das políticas públicas. Por fim, o estudo visa contribuir para a visibilidade do tema de pesquisa, aproximando-se da realidade das pessoas que realmente precisam de assistência.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção são abordados os conceitos de políticas públicas, marco legal do saneamento, orçamento público e planejamento no município de Quaraí.

2.1 Políticas Públicas

As políticas públicas direcionadas às comunidades rurais requerem uma atenção específica sobre suas vulnerabilidades e necessidades. Secchi (2024) salienta que os políticos têm um papel importante nas políticas públicas, pois ajudam a identificar os problemas existentes da sociedade e a decidir quais ações o governo deve adotar. Em Quaraí, o estudo de caso, pretende entender a decisão do investimento em poços artesianos, que só foi possível porque houve vontade política e também o apoio dos representantes públicos. Mas os políticos não atuam sozinhos: os técnicos e servidores (implementadores da política) da prefeitura são fundamentais para colocar os projetos em prática. São eles que acompanham o dia a dia da execução, ajudando a garantir que o planejamento realmente aconteça. Por outro lado, os *policytakers*, ou seja, as pessoas que recebem os benefícios, como os moradores das comunidades mais inacessíveis, nem sempre são apenas receptores passivos. Muitas vezes, eles opinam, cobram e ajudam a melhorar a política, seja em reuniões, conversas com gestores ou até mesmo pela internet. Isso acaba acontecendo dentro de uma rede de políticas públicas, formada por pessoas de diferentes áreas que se juntam para resolver problemas coletivos. Essa rede pode ser formada por líderes das comunidades, servidores públicos, secretarias, moradores e outro grupo que queira colaborar com o bem comum.

Conforme Secchi (2024), o problema público é a diferença entre a situação atual e uma realidade ideal que seja possível, desde que uma situação como essa seja percebida como relevante por um número significativo de pessoas. No contexto de Quaraí, a escassez de água potável nas áreas rurais deixa de ser um desafio apenas um problema individual para se tornar um problema coletivo, pois impacta diretamente a saúde, a dignidade e a qualidade de vida das famílias. Nesse sentido, essa percepção social e política é o que justifica a ação do Estado por meio de políticas públicas, como o projeto de perfuração de poços artesianos comunitários.

A participação da sociedade nas políticas públicas é fundamental, principalmente quando se trata de saciar direitos básicos, como o acesso à água. No entanto, como lembra Perez (2006), essa participação precisa ser real e autônoma. Quando a população apenas “participa” para validar decisões já tomadas pelo governo, sem a devida consulta popular, perde-se o sentido democrático. Além disso, sem controle e transparência, existe o risco de ter interesses pessoais para sobrepor ao bem coletivo. Outro desafio visível é quando as decisões são feitas sem qualquer base técnica, movidas apenas por pressões ou vontades políticas, o que pode acabar comprometendo a efetividade das ações. Para que projetos como o dos poços artesianos tragam resultados duráveis, verifica-se a importância de unir o saber da comunidade com o conhecimento técnico, assim garantindo espaços legítimos de diálogo e decisão.

Os Comitês de Bacia Hidrográfica é uma representação da inovação na gestão pública da água por ter a promoção do diálogo entre governo, usuários e sociedade civil. Segundo Granziera (2006), as competências abarcam desde o debate sobre o uso dos recursos hídricos até a aprovação e acompanhamento dos planos de bacia, que ajudam a definir as metas, prioridades de uso e critérios de cobrança. No entanto, a atuação técnica e política procura garantir a efetividade das ações em nível local. A diversidade na representação dos comitês, que tem presença de entes federativos, usuários e organizações civis, assegura com legitimidade nas decisões e corresponsabilidade entre os atores. No contexto rural, como acontece no caso de Quaraí, esse modelo participativo serve de inspiração para políticas públicas de acesso à água, fortalecendo uma futura gestão integrada e com participação comunitária. Nesse sentido, as decisões referentes à perfuração de poços artesianos acabam sendo contempladas por comitês, ajudando a ampliar o alcance das ações deliberativas e, por conseguinte, reforçando o papel estratégico dessas instâncias na gestão local dos recursos hídricos.

Entretanto, a execução de políticas públicas para uso de abastecimento e saneamento de água potável, não há uma grande inclusão de uma gestão que é integrada e participativa, o que acaba contribuindo para uma persistência de desigualdades sociais. Se há falta de transparência e envolvimento da sociedade em planejamentos de ações, por conseguinte, é dificultado o acesso igualitário à água potável. Por isso, é necessário que essas políticas sejam discutidas publicamente por meio de reuniões e submetidas ao Controle Social e, assim, garantirá que o direito à água não seja tratado como mercadoria, mas como um bem essencial para todos (Ferreira; Ramos; Bernardes, 2015). Deste modo, destaca-se que a política pública voltada à perfuração de poços em Quaraí apresenta-se como um programa de governo que é incluído no Plano Plurianual (PPA) do município, com debate em audiência pública, o que representa um desenvolvimento na institucionalização da participação social junto ao fortalecimento do controle democrático em ações de acesso à água no meio rural.

A experiência da Articulação do Semiárido (ASA), relatada por Duque (2015), as organizações sociais passaram a propor algumas alternativas sustentáveis, como as cisternas dos programas P1MC (Programa de Formação e Mobilização para a convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais) e P1+2 (Uma terra e duas águas), que são voltadas tanto para o consumo quanto para a produção. Apesar dos avanços, dificuldades foram notórias com as exigências formais do Estado, que nem sempre conseguem se adaptar à realidade das famílias.

Na trajetória das políticas públicas voltadas ao meio rural brasileiro passou por transformações significativas nas últimas décadas, sendo marcadas com o reconhecimento da agricultura familiar como categoria política e social legítima. Grisa e Schneider (2015) ajudam a explicar que esse processo foi possível por ter uma criação de espaços de participação social, fortalecimento da democracia e surgimento de novos atores coletivos. As chamadas “três gerações” de políticas, que é a agrícola, a social e de mercados, evidenciam

como os referenciais que guiam as ações do Estado são construídos de disputas de ideias e de representações sobre o que é o problema público.

Para pensar de uma forma mais clara e organizada em relação às políticas públicas de acesso à água, como é o caso da perfuração de poços artesianos em Quaraí, é útil entender como ocorre o ciclo das políticas públicas. De acordo com Secchi, Coelho e Pires (2024), esse ciclo tem sete etapas: 1) a identificação do problema, 2) formação da agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação e 7) extinção. Esse percurso, mesmo que não aconteça sempre de forma linear, é tido como uma ferramenta prática para os gestores, técnicos e pesquisadores para entender como as políticas constroem e se transformam com o tempo. O autor ajuda a simplificar uma realidade que é, muitas vezes, bastante complexa, evidenciando as diferentes experiências. Essa política pública se materializa nos programas de governo contidos no Plano Plurianual (PPA).

2.1.1 Marco Legal do Saneamento

O Marco Legal do Saneamento, estabelecido pela Lei nº 14.026/2020, começou diante da necessidade de garantir que mais pessoas no Brasil tenham acesso à água potável, ao esgotamento sanitário, à coleta de resíduos e à drenagem urbana adequada. Esta lei estabelece uma meta para que até 2033, quase toda a população do país tenha acesso a esses serviços que são tão essenciais, propondo o alcance de 99% com água tratada e 90% com coleta e tratamento de esgoto, conforme prevê o art. 11-B (Brasil, 2020). No entanto, é uma meta que busca transformar a realidade de milhões de pessoas que residem no país, especialmente aquelas que vivem em regiões mais afastadas e inacessíveis.

Para que tudo aconteça da forma mais organizada possível e com qualidade ideal, a legislação fortalece o papel da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), em que passa a ter responsabilidade de definir normas técnicas para que possam ser seguidas em todo o país, conforme estabelecido no art. 4º-B (Brasil, 2020). Outro ponto que deve ser considerado, é o fomento à regionalização dos serviços, propiciando a união de municípios em blocos regionais. Trata-se de uma lei que abrange também cidades menores e regiões rurais, possibilitando a compartilhamento de recursos e estruturas, o que torna os serviços mais viáveis e eficazes.

Além disso, o Marco Legal valoriza a transparência e a participação popular, ao requerer que a população tenha voz nas decisões que falem sobre assuntos de saneamento, conforme determina o art. 47, IV (Brasil, 2020). Isso garante para a população uma participação de políticas públicas voltadas ao acesso à água, como a perfuração de poços artesianos comunitários, assim tendo não só um amparo técnico e legal, mas também uma legitimidade social. Assim, a lei contribui com soluções concretas ao chegarem às comunidades que mais precisam, com dignidade e qualidade de vida.

No estudo de Senna, Pereira e Rezende (2023) é evidenciado diferenças no alcance dos serviços de saneamento no Brasil, pois são expressivas e refletem as múltiplas realidades do meio rural apontadas pelo PNSR. Os autores destacam que a desigualdade no atendimento não pode ser conferida apenas à densidade populacional ou à localização, mas na má distribuição de investimentos que está ligada ao desenvolvimento econômico das regiões. Neste aspecto, houve a comprovação que a análise de dados baseada em Big Data e também da mineração de dados é uma ferramenta eficaz para orientar e validar as políticas públicas de saneamento para identificar diferentes ruralidades e indicar as principais prioridades de investimento. Para alcançar um desenvolvimento inclusivo e sustentável, é importante reconhecer as especificidades dos territórios rurais, certificando instrumentos duráveis de gestão, participação social e educação, além de ter um ambiente regulatório para a superação das desigualdades estruturais.

2.2 Orçamento Público

O orçamento público, especialmente quando se trata de programas de governo previstos no Plano Plurianual (PPA), exige transparência e abrangência de sua elaboração. Segundo Giacomoni (2010), o princípio da universalidade denomina que o orçamento público deve possuir todas as receitas e despesas do Estado, garantindo ao Legislativo a chance de conhecer previamente as ações governamentais para autorizar sua realização e controlar os tributos que são necessários. Já o princípio da discriminação ou especialização requer que os recursos públicos sejam detalhados em relação à origem e aplicação, autorizando uma fiscalização eficiente com planejamento adequado. Além disso, o princípio da programação demonstra que a evolução do orçamento pode ser usada como ferramenta de gestão, englobando metas e objetivos governamentais para a alocação de recursos. Assim, iniciativas como a perfuração de poços artesianos tendem a ser incorporadas ao orçamento de forma clara, minuciosa e em consonância com os planos públicos, o que facilita um planejamento e um controle eficientes.

O orçamento público exerce três funções essenciais para ter um bom uso dos recursos e o avanço do bem-estar social. A função alocativa, segundo Giacomoni (2010), justifica a ação estatal em áreas onde o mercado não consegue atuar de forma eficiente, como investimentos em infraestrutura econômica e bens públicos, como a água potável. Nesse contexto, a construção de poços artesianos em zonas rurais se encaixa perfeitamente, pois é um bem público que não seria concedido pelo mercado. A função distributiva seria a correção das falhas do mercado e uma melhor distribuição da riqueza, incluindo as políticas públicas que atendem populações mais carentes. O projeto dos poços adere a essa função, pois há a redução das desigualdades ao fornecer água potável para comunidades que, de outra forma, poderiam ficar excluídas do acesso a esse recurso básico. Por fim, a função estabilizadora é a responsável por controlar as variáveis macroeconômicas de políticas fiscais, como o emprego e a inflação. Desta maneira, o governo pode garantir que investimentos em infraestrutura estimulem a economia local, como em áreas mais vulneráveis.

O processo integrado de planejamento e orçamento, segundo Giacomoni (2010), começa com a elaboração e revisão do Plano Plurianual (PPA), que definirá as diretrizes e metas para quatro anos. Após, virá a elaboração dos planos e programas nacionais, regionais e setoriais, seguidos pela aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que guia a proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA). Após a aprovação da LOA, acontece a execução orçamentária e, por fim, o controle e a avaliação dos resultados.

A construção de poços artesianos comunitários na zona rural, quando incluída no Plano Plurianual (PPA), passa a ter prioridades na gestão pública municipal. Segundo Lima (2023), a execução orçamentária da despesa segue três etapas: empenho, liquidação e pagamento. Essas fases ajudam a garantir que os recursos que estão previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), oriundo do planejamento de médio prazo do PPA, sejam aplicados corretamente. No contexto dos projetos municipais, o empenho garante uma reserva para os recursos, a liquidação é a comprovação da execução dos serviços contratados, e o pagamento é a finalização do processo para que o bem público chegue à população com responsabilidade fiscal e transparência.

Mesmo com a previsão no PPA, há uma necessidade para o reforço nos valores alocados para as demandas maiores ou imprevistos. Nesses casos, conforme explica Lima (2023), a administração pública pode ter créditos adicionais, especialmente os créditos suplementares, que ajudam a complementar dotações orçamentárias que já são existentes. Isso permitirá, por exemplo, que o programa de perfuração de poços artesianos seja melhorado ou reforçado sem comprometer a execução orçamentária conforme a lei. Além dos créditos

suplementares, existem também os especiais, que são voltados para a criação de novas despesas não previstas inicialmente, e os créditos extraordinários, destinados ao atendimento para situações de emergência, como calamidades públicas. Dessa forma, os créditos adicionais servem como instrumentos de flexibilidade e ajuste, mantendo a constância e a efetividade das políticas públicas essenciais.

O princípio do planejamento regionalizado, previsto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, fortalece que o Plano Plurianual (PPA) seja estruturado com base nas especificidades das regiões que compõem o território. Essa regionalização pode ser mais visível em esferas maiores, como o federal e o estadual, porém os municípios também devem buscar adaptar suas ações conforme as realidades locais, mesmo que envolva divisões simples, como zona urbana e rural, distritos ou bairros. O planejamento fica mais eficiente com essa abordagem, porque ajuda nas desigualdades territoriais e facilita a execução das ações propostas. Como apontam os estudiosos da área, não é o suficiente apresentar um planejamento regionalizado se não houver uma boa metodologia para executar o orçamento de forma compatível para tal divisão (Andrade, 2022).

É importante definir que as metas no PPA são essenciais para garantir que os programas governamentais tenham bons resultados. Segundo a Lei nº 4.320/1964 e também na Constituição Federal de 1988, as metas, que são basicamente os resultados da realização de programas e ações governamentais, sendo necessário que sejam expressas de maneira física e financeira. Ao quantificar as metas, a gestão pública ganha meios mais eficientes para monitorar, avaliar e controlar melhor os custos, que, por conseguinte, aumenta a efetividade das ações. Por isso, é importante entender que as metas sejam pensadas já na criação do PPA, para ter medidas mais claras com melhores resultados. Sendo assim, os projetos podem ser acompanhados de perto e avaliados de forma concreta em relação ao impacto real na vida da população (Andrade, 2022).

Segundo Giacomoni (2023), o processo orçamentário se organiza como um ciclo contínuo de etapas que passa o orçamento público, da sua criação até a avaliação final. Começa com a elaboração da proposta pelo Poder Executivo, que é baseada em planos e diretrizes previamente definidos, com PPA e a LDO. Após, essa proposta segue para o Legislativo, onde é debatida, ajustada (se necessário) e transformada na Lei Orçamentária Anual (LOA). A partir daí, começa a execução do orçamento: o governo arrecada receitas e realiza as despesas previstas. Durante esse processo, ocorrem fiscalizações e avaliações para assegurar que os recursos públicos estejam sendo usados corretamente em benefício da população. Embora essas etapas sigam uma ordem, elas não são totalmente rígidas, pois muitas vezes se misturam ou terminam sendo influenciadas umas às outras. O autor destaca que esse ciclo é essencial, e garante que uma gestão é mais transparente, participativa e eficiente com os recursos públicos. Dessa forma poderá ser verificado a execução da política pública dos poços artesianos nas comunidades rurais.

2.2.1 Planejamento no Município de Quaraí

O processo de planejamento e orçamento no município de Quaraí ocorre com as três leis, a Lei Municipal nº 3.845, de 19 de outubro de 2021, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio de 2022 a 2025 com o total estimado de R\$ 318.041.000,00 e inclui expressamente o "Programa Água para Todos" e dentro do programa a ação "Assistência Financeira e Material aos Pequenos Produtores Rurais", com custo estimado de R\$ 1.131.021,39 para o projeto. O programa é coordenado pela Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem-Estar Animal. Para sua execução, foram destinados recursos para os quatro anos, totalizando R\$ 1.131.021,39. Esse valor foi dividido por exercício: R\$ 243.437,50 em 2022, R\$ 273.722,31 em 2023, R\$ 294.535,13 em 2024 e R\$

319.326,45 em 2025. Todo o planejamento orçamentário e financeiro segue as orientações das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs), que estabelece orientações para a elaboração das Leis Orçamentárias Anuais (LOAs). Nesse processo, as LDOs foram aprovadas com as seguintes leis municipais: nº 3.846 de 19 de outubro de 2021 (exercício de 2022); nº 3.967 de 13 de outubro de 2022 (exercício de 2023); nº 4.070 de 18 de setembro de 2023 (exercício de 2024); e nº 4.167 de 14 de novembro de 2024 (exercício de 2025). Assim, as propostas orçamentárias abrangem os Poderes Legislativo e Executivo, bem como as entidades da Administração Direta e Indireta. Com isso, as LDOs priorizam as metas do PPA do período 2022 à 2025 incluindo a melhoria da infraestrutura urbana, o combate da pobreza e a promoção da cidadania, guiando a aplicação dos recursos e determinando que o projeto dos poços artesianos esteja formalmente previsto nos objetivos do município.

Para as Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) de cada exercício, foi estabelecida a estimativa da receita e fixação da despesa para a execução dos programas do governo, estabelecendo que os investimentos estejam de acordo com a capacidade financeira do município. No ano de 2022, a LOA foi aprovada pela Lei nº 3.876, de 28 de dezembro de 2021, com uma receita bruta de R\$ 82.687.256,34, receita líquida de R\$ 72.218.100,00 e despesa no mesmo valor. Em 2023, a LOA foi definida pela Lei nº 3.987, de 16 de dezembro de 2022, com receita bruta estimada em R\$ 106.215.630,00, líquida de R\$ 93.883.530,00, e despesa correspondente. Para 2024, a Lei nº 4.101, de 15 de dezembro de 2023, fixou a receita bruta em R\$ 110.464.151,24, a líquida em R\$ 97.638.871,24 e a despesa no mesmo valor. Já em 2025, o orçamento foi estabelecido pela Lei nº 4.179, de 27 de dezembro de 2024, com previsão de receita bruta de R\$ 123.719.849,35, receita líquida de R\$ 109.355.535,75 e despesa igualmente fixada nesse valor.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesta seção é apresentada a classificação da pesquisa, o método escolhido, as técnicas de coleta de dados e as técnicas de análise de dados.

De acordo com Gil (2008), embora a pesquisa aplicada se apoie em descobertas com pesquisa mais pura, o foco principal está na utilidade prática do conhecimento. Em vez de buscar explicações que são teóricas universais, ela é voltada para soluções concretas e imediatas que atendam a necessidades específicas da realidade em que está inserida.

A pesquisa descritiva tem como principal objetivo detalhar as características de uma população ou fenômeno, utilizando, para isso, técnicas padronizadas para a coleta de dados. Pode-se investigar aspectos como idade, sexo, escolaridade ou condições sociais, como moradia e saúde. Além disso, serve para analisar a opinião pública e identificar relações entre variáveis, como, por exemplo, pesquisas eleitorais (Gil, 2008).

A metodologia desta pesquisa é de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e quantitativa. Conforme Gil (2008), na pesquisa qualitativa, diferente das pesquisas experimentais e dos levantamentos, em que já existem os caminhos prontos para seguir, na pesquisa qualitativa a análise dos dados já é mais livre e pessoal, onde busca entender o fenômeno. E neste caso, cada pesquisador pode usar sua própria experiência e jeito de trabalhar para interpretar o que será encontrado. No presente estudo, essa análise foi conduzida com base em dados primários, obtidos diretamente dos participantes. Já na abordagem quantitativa, conforme Gil (2008) explica, os dados numéricos precisam ser organizados, tabulados e depois analisados minuciosamente, o que possibilita a verificação da mensuração dos fenômenos em estudo. Dessa forma, facilitando a comparação e a identificação de padrões nas respostas, com os resultados finais sendo convertidos em porcentagens.

De acordo com os procedimentos de coleta de dados, trata-se de um estudo de caso, que é uma investigação empírica que busca entender o fenômeno atual dentro do seu contexto real, especialmente quando as fronteiras entre ambos não estão muito claras. Essa abordagem tem sido cada vez mais utilizada em pesquisas sociais, pois explora a capacidade de explorar situações que são complexas, descrever contextos específicos e explicar relações causais. Entretanto, apesar das críticas quanto ao rigor metodológico, à dificuldade de generalização e ao tempo necessário para sua realização, essas limitações podem ser superadas com um planejamento cauteloso e uma análise criteriosa, tornando o estudo de caso válido e relevante para as pesquisas qualitativas (Yin, 2005).

Para a coleta de dados, foram utilizadas as seguintes técnicas: pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e questionário. Segundo Gil (2008), a pesquisa documental se diferencia da bibliográfica por utilizar fontes que não passaram por análise prévia, permitindo que sejam reexaminadas ou reinterpretadas conforme os objetivos do estudo. Essas fontes podem ser tanto de primeira mão, como documentos oficiais e reportagens, quanto de segunda mão, como relatórios de pesquisa.

A pesquisa documental foi feita com a análise de documentos oficiais da Prefeitura de Quaraí e da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem-Estar Animal. Foram examinados os documentos e informações cedidas dos poços artesianos, o Plano Plurianual (PPA) de 2022 a 2025, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022 a 2025, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022 a 2025, bem como relatórios de execução orçamentária e cronogramas de execução dos poços artesianos.

Segundo Gil (2008), a entrevista não estruturada é descrita como uma abordagem mais livre e flexível, em que o entrevistador pode adaptar as perguntas de acordo com o andamento da conversa, o contexto e também o perfil do entrevistado. Essa forma de entrevista é especialmente utilizada em pesquisas qualitativas e exploratórias, por ter uma compreensão mais profunda das percepções, sentimentos e experiências das pessoas. Ainda, o autor também destaca que essa liberdade exige o preparo e sensibilidade do entrevistador, e, portanto, deve conduzir o diálogo com foco e propósito mesmo sem ter um roteiro que seja rígido. Além disso, o autor reconhece que a análise das respostas obtidas pode ser mais trabalhosa, já que os relatos podem ser diversos e complexos.

As entrevistas semiestruturadas (Apêndice A) foram realizadas com os gestores responsáveis pelo projeto, a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quaraí (E1), o Ex-Secretário Municipal da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem Estar Animal (E2) e uma Auxiliar administrativa da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem-Estar Animal (Cargo de confiança) (E3). O roteiro de entrevista foi elaborado com base nos objetivos da pesquisa e referencial teórico, com perguntas semiestruturadas para a conversa, mas também permitindo outras questões para incentivar a reflexão espontânea do entrevistado. O roteiro de entrevistas semiestruturadas, destinado aos gestores, foi revisado com o apoio da professora de metodologia da pesquisa, para garantir que esteja alinhado aos objetivos da pesquisa e realmente contribua para a análise do tema.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas de forma presencial no mês de setembro de 2025 à três responsáveis pela condução do projeto, sendo devidamente gravadas e, posteriormente, transcritas para análise. Esses profissionais têm um papel estratégico na execução da política pública, e suas contribuições são fundamentais para compreender os objetivos, os desafios enfrentados e os resultados alcançados até o momento. Com a autorização dos gestores, as conversas das entrevistas foram gravadas e, depois, transcritas para que o conteúdo pudesse ser analisado com mais profundidade.

Segundo Gil (2008), o questionário é uma forma prática para coletar informações do que as pessoas pensam, sentem ou viveram sobre determinado assunto. O mesmo pode ser

respondido por escrito ou conduzido por um pesquisador, dependendo da situação. Neste caso, não é somente fazer perguntas, é preciso transformar os objetivos da pesquisa em questões pensadas, organizadas e claras. É preciso incluir as palavras certas, definir a ordem das perguntas, testar o questionário antes e garantir que ajude a entender o que se quer descobrir.

O questionário da pesquisa (Apêndice B) foi elaborado com base nos objetivos da pesquisa e referencial teórico que fundamentam a discussão sobre políticas públicas de acesso à água, gestão participativa e no desenvolvimento rural. A construção das perguntas buscou obter os dados objetivos e também as percepções subjetivas dos participantes. Para isso, o instrumento contou com perguntas fechadas, que possibilitam uma melhor sistematização e análise quantitativa das respostas, e perguntas abertas aos respondentes, expressando livremente suas opiniões, experiências e sugestões. Essa combinação possibilitou uma compreensão mais ampla e profunda para entender os impactos sociais e econômicos gerados pela implantação do projeto dos poços artesianos. Antes de iniciar a aplicação do questionário, foi feito um teste piloto com a professora de metodologia da pesquisa. Essa etapa serviu para verificar se as perguntas estavam claras, compreensíveis e adequadas ao contexto das comunidades.

O questionário foi aplicado aos moradores da zona rural que foram beneficiados com os poços artesianos no mês de setembro de 2025. Esta etapa envolveu todos os moradores selecionados com uma análise das percepções e experiências relacionadas ao acesso e uso dos poços. O questionário foi aplicado com 10 beneficiários em 08 comunidades das 23 que receberam os poços artesianos, ocorrendo de forma presencial, por meio de ligações telefônicas, mensagens via *WhatsApp* e por meio do *Google Forms*, conforme for mais conveniente para cada participante. A escolha por esse formato busca respeitar o tempo e a rotina das pessoas do meio rural, além de facilitar o alcance em localidades mais distantes.

Os dados coletados foram realizados por meio da técnica da análise interpretativa, onde possibilitou extrair dados dos documentos, das entrevistas semiestruturadas e dos questionários, buscando abranger as intenções, os resultados e as percepções do estudo. Segundo Severino (2014), na análise interpretativa, entende-se que ocorre quando o leitor vai além da compreensão do texto e passa a combinar um diálogo crítico com seu conteúdo. Esse processo de leitura exige não apenas a assimilação das ideias expostas, mas também a reflexão sobre todos os significados que estão lá presentes. Interpretar, nesse sentido, significa questionar, comparar e avaliar criticamente a coerência e a relevância do pensamento apresentado, promovendo a postura ativa e reflexiva ante ao conhecimento.

A análise interpretativa foi orientada pelos critérios de eficácia, eficiência e efetividade, em conjunto com os objetivos específicos da pesquisa descritos na estratégia de cumprimento dos objetivos. Segundo o Manual da Metodologia para Avaliação da Execução de Programas de Governo da Controladoria-Geral da União (CGU), a avaliação de políticas públicas deve considerar os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade. A eficiência diz respeito à utilização racional dos recursos disponíveis, buscando-se alcançar os resultados propostos com o menor custo possível. A eficácia refere-se ao grau de realização das metas previstas, indicando se as ações planejadas foram executadas conforme estabelecido. Já a efetividade está relacionada aos impactos mais amplos e duradouros na sociedade, considerando se os objetivos que motivaram a criação da política foram, de fato, atingidos (Brasil, 2015). Ao se observar esses três aspectos de forma integrada, é possível construir uma análise mais completa sobre a gestão pública, que vá além do cumprimento de metas formais e considere também os efeitos concretos gerados na vida dos cidadãos.

4 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa, iniciando pelo perfil dos participantes da pesquisa, seguido da análise sobre os poços artesianos nas comunidades rurais, os investimentos realizados para sua construção e os benefícios gerados pelo acesso à água potável.

4.1 Perfil dos Participantes da Pesquisa

A pesquisa contou com dois grupos principais. Pelos beneficiários dos poços artesianos no qual responderam a um questionário elaborado, em que visa entender como o projeto impactou suas rotinas e como foram suas percepções sobre a iniciativa. O segundo grupo foi composto por gestores públicos que estavam envolvidos na execução do projeto desde o começo, com os quais foram realizadas entrevistas para conhecer melhor o processo de implantação, as etapas do projeto, os desafios enfrentados e outras informações relevantes para o estudo.

A Tabela 01 apresenta o perfil dos participantes das comunidades onde foram instalados os poços artesianos a partir dos questionários aplicados.

Tabela 01 - Perfil dos respondentes do questionário aplicado (n = 10)

Questionários	Sexo	Idade	Tempo na comunidade (anos)	Local	Nº Pessoas na residência	Idosos ou crianças	Pecuária ou agricultura
Q1	F	79	40	Sal Sal	03	Sim	Não
Q2	F	63	11	Areal	05	Sim	Sim
Q3	M	54	54	Rincão dos Mena Barreto	04	Sim	Sim
Q4	F	49	30	Boa Querência	02	Não	Sim
Q5	F	37	15	Boa Querência	04	Não	Sim
Q6	M	80	23	Areal	02	Sim	Sim
Q7	F	56	30	Sal Sal	02	Sim	Sim
Q8	F	58	05	Areal	02	Não	Não
Q9	F	61	30	Garupa	02	Sim	Não
Q10	F	51	42	Areal	08	Sim	Sim

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A partir da análise da Tabela 01, é possível observar que houve participação da pesquisa em dez famílias rurais em oito comunidades diferentes de cinco regiões do município (Sal Sal, Areal, Rincão dos Mena Barreto, Boa Querência e Garupa). Juntas, essas famílias somam 34 pessoas, vivendo nas propriedades beneficiadas, onde predominam a agricultura familiar e a pecuária como uma das principais fontes de renda. Entre os participantes, oito são mulheres e dois são homens, o que mostra uma presença feminina de 80% na pesquisa e evidencia uma forte presença das mulheres na produção e organização das comunidades rurais, especialmente os feirantes, das quais cinco participaram do estudo.

A média de idade dos entrevistados é de 59 anos, e o tempo médio de moradia nas comunidades é de aproximadamente 30 anos, evidenciando que as famílias têm um forte vínculo com o território e experiência nas atividades do campo. Das dez residências, em sete há crianças ou idosos, benefícios para famílias de diferentes gerações, melhorando condições de vida das pessoas que costumam enfrentar maiores dificuldades no meio rural.

Em relação ao uso das propriedades, sete famílias afirmaram que desenvolvem atividades agropecuárias, sendo três voltadas à agricultura, duas à pecuária e duas para ambas atividades. Esses dados evidenciam que os poços artesanais não apenas ajudam a garantir que tenha um abastecimento doméstico, mas também é uma parte essencial para a produção e o sustento das famílias. Como observa Duque (2015), o acesso à água no meio rural pode nascer da força de comunidades que estão cansadas das soluções emergenciais, como os carros-pipa, demonstrando que há dificuldade de viver e produzir no campo sem acesso contínuo e adequado à água.

A Tabela 02 apresenta o perfil dos gestores, na qual fizeram parte do programa dos poços artesanais comunitários.

Tabela 02 - Perfil dos gestores entrevistados (n = 3)

Entrevistado	Sexo	Idade	Tempo de atuação	Cargo
E1	F	30	2 anos	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quaraí
E2	M	54	3 anos e 6 meses	Ex-Secretário Municipal da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem Estar Animal
E3	F	32	4 anos e 8 meses	Auxiliar administrativa da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem-Estar Animal (Cargo de confiança)

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Na análise da Tabela 02, observa-se que entre os gestores, foi entrevistada a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quaraí (E1), o Secretário Municipal de Agricultura (E2) e uma auxiliar administrativa da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem-Estar Animal (Cargo de confiança) (E3). O grupo é composto por duas mulheres (30 anos e outra de 32 anos) e um homem (54 anos), com tempo de atuação médio de 2 à 5 anos no cargo. Todos participaram na execução do programa de poços artesanais, acompanhando desde a seleção, idealização, coordenação e acompanhamento do programa dos poços artesanais comunitários.

Os gestores destacaram que o projeto dos poços nasceu a partir de uma demanda direta (E2, E3), identificada em reuniões e visitas de campos, em que as comunidades rurais estavam solicitando. As famílias beneficiadas relataram dificuldades severas de acesso à água potável (E1), o que, por conseguinte, compromete a produção, a higiene e a permanência no campo. A partir dessa realidade, a prefeitura decidiu criar uma ação para auxiliar as famílias rurais, com planejamento orçamentário e com intenção de ter resultados sociais concretos (E2). Como aponta Duque (2015), as iniciativas, mesmo sendo políticas públicas, surgiram da base e apenas depois foram inseridas pelo governo, reforçando o papel da participação popular na construção de boas soluções, que podem ser bastante duradouras.

Ao observar os dois perfis, das famílias e o dos gestores, notou-se um propósito similar, em que ambos os lados valorizam o programa como um marco de transformação rural e o acesso à água passou a representar mais do que infraestrutura, caso que virou sinônimo de estabilidade, saúde e também de esperança.

4.2 Poços Artesianos nas Comunidades Rurais (Eficácia)

As respostas das entrevistas com os gestores apontam que o projeto foi planejado no início de 2022 (E2, E3) e previa a perfuração de 30 (trinta) poços artesanais (E1, E3). Com a execução orçamentária e o acompanhamento técnico durante a execução do projeto, o número final chegou a 25 (vinte e cinco) poços entregues até 2025, ficando abaixo das metas iniciais.

A seleção das comunidades ocorreu por meio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (COMDER), com a participação social das famílias que desejavam ser contempladas nesse projeto com o poço artesiano (E1, E2, E3). As famílias apresentavam sua Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e renda predominantemente rural, sendo utilizado pelo município para priorizar as famílias mais vulneráveis (E2). Esse critério é uma ampliação do caráter social e justo da política, voltada a quem dependia da água para viver e produzir. Neste sentido, Grisa e Schneider (2015) ajudam a entender que políticas públicas, como a dos poços, não são apenas ações técnicas ou operacionais, visto que fazem parte de uma construção social mais ampla, onde o Estado e a sociedade civil promovem sentidos, prioridades e instrumentos que podem garantir direitos básicos.

Os gestores também relataram desafios, como as licenças ambientais (E1), o transporte de equipamentos para áreas de difícil acesso e o clima seco (E2, E3). Mesmo assim, o programa foi executado conforme o cronograma, com a devida fiscalização da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem-Estar Animal (E1) e acompanhamento das comunidades beneficiadas (E1).

Do ponto de vista das famílias, os relatos confirmam que a importância da iniciativa significou muito, principalmente no que diz respeito ao apoio emocional e material que receberam (E1). Muitos afirmam que, antes dos poços, passavam semanas sem água potável, dependendo de caminhões-pipa ou de fontes impróprias (E3). Agora, com os poços funcionando, a água chega limpa, facilitando o estudo e a estabilidade para essas famílias (E2). Este e outros casos de propostas semelhantes a dos poços artesanais comunitários em Quaraí mostram como esses tipos de ações transformam realidades locais. Conforme a pesquisa de Duque (2015), garantir o direito à água vai além da obra física, mas também envolve ouvir as comunidades, adaptar às regras à vida local e fazer políticas públicas com humanidade.

Portanto, tanto os gestores quanto beneficiários reconhecem a importância dessa ação, em que para uns, houve realização de uma política pública eficiente (E2, E3); para outros, a conquista de um bem transformou o cotidiano (E1).

4.3 Investimento em Poços Artesianos (Eficiência)

O projeto dos poços artesanais comunitários foi financiado com recursos próprios da Prefeitura de Quaraí, totalizando R\$ 1.131.021,39, previstos no Plano Plurianual (2022–2025). Entretanto, conforme a análise de documentos fornecidos pela Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem-Estar Animal e também com a verificação no Portal da Transparência do município, determinou-se que foram construídos 25 poços artesanais entre os anos de 2022 e 2025, com um investimento de R\$ 838.318,03. Esse valor representa a execução real do programa, evidenciando que houve um uso responsável dos recursos, coerência entre planejamento e entrega de metas estabelecidas pelo município.

Durante as entrevistas, os gestores explicaram que o controle dos gastos foi feito pela Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem Estar Animal em conjunto com o setor contábil do município, com fiscalização em cada etapa do processo (E2, E3). Essa integração entre os setores garantiu transparência e eficiência na aplicação dos recursos, que ajudou a evitar desperdícios e garantir a entrega dos poços com qualidade (E2).

Nesse contexto, os poços passaram por testes laboratoriais para comprovar a potabilidade da água, com a devida responsabilidade técnica e compromisso com a saúde pública (E1, E2). Um gestor destacou que a prioridade não era apenas perfurar, mas também com o objetivo de garantir poços duradouros e seguros (E3). Já do ponto de vista dos moradores, a percepção também é positiva, em nenhum dos questionários foi relatado problemas na execução ou na entrega, e todos afirmaram estar satisfeitos com o resultado. Muitos disseram que o investimento trouxe retornos, e que, no entanto, eliminou as necessidades de gastos com a compra de água potável. A percepção otimista das famílias e a redução de gastos mostram que, com a garantia do acesso à água potável e segura, há uma contribuição para uma vida mais saudável e digna. Para Morlin e Euzébio (2019) esse feito representa a efetivação do direito à água como um bem essencial à qualidade de vida.

A Tabela 03 apresenta as percepções que os participantes tiveram sobre a atuação da Prefeitura e da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem-Estar Animal na implementação do programa.

Tabela 03 - Ações relacionadas à prefeitura e à Secretaria (n=10)

Afirmção	Disc. Total	Disc. Parc.	Não Conc. Nem Disc.	Conc. Parc.	Conc. Total
A Prefeitura ou a Secretaria de Agricultura tem considerado a opinião da comunidade sobre o poço.	0%	10%	10%	40%	40%
Estou satisfeito(a) com a maneira como o projeto dos poços artesanais foi implementado aqui.	0%	0%	0%	0%	100%
O governo municipal tem mostrado preocupação em melhorar o saneamento (acesso à água potável, à coleta de esgoto e à coleta de lixo) na nossa comunidade rural.	20%	30%	20%	10%	20%

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Em relação a análise da Tabela 03, as ações do programa de poços artesanais da Prefeitura e da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem-Estar Animal é majoritariamente positiva: 80% dos participantes percebem que as opiniões dadas pelas comunidades são consideradas, e 100% estão satisfeitos com a execução do projeto. Contudo, 30% notam que ainda há uma preocupação em relação ao governo com o saneamento básico, ainda demonstrando barreiras nessa área, como o fornecimento de esgoto.

Por outro lado, a divergência da satisfação do abastecimento e a preocupação presente em relação ao saneamento básico ainda evidencia um desafio importante. Para Ferreira, Ramos e Bernardes (2015), as políticas públicas, voltadas apenas ao fornecimento de água, sem ter nenhuma gestão integrada e participativa, podem manter desigualdades sociais e dificultar o acesso igualitário aos serviços de saneamento básico.

Essa convergência entre o olhar técnico dos gestores e das famílias mostra que o programa conseguiu atingir um equilíbrio entre planejamento, execução e impacto social, considerando a eficiência e responsabilidade no uso dos recursos públicos.

4.4 Benefícios do Acesso à Água Potável

O acesso à água potável é um dos responsáveis pelas transformações percebidas pelas famílias beneficiadas pelo programa dos poços artesianos. Com a implementação dessa política pública, foram proporcionados impactos diretos na qualidade de vida, na saúde, na economia doméstica e também no relacionamento das comunidades.

A seguir, a Tabela 04 apresenta os principais benefícios relatados pelas famílias beneficiárias em relação ao uso dos poços artesianos.

Tabela 04 - Benefícios para as famílias (n=10)

Afirmção	Disc. Total	Disc. Parc.	Não Conc. Nem Disc.	Conc. Parc.	Conc. Total
O poço artesiano facilitou muito as tarefas do dia a dia da sua família.	0%	0%	0%	0%	100%
O acesso à água do poço melhorou a saúde de todos na sua casa.	0%	0%	0%	0%	100%
Me sinto mais seguro(a) em relação à disponibilidade de água por causa do poço artesiano.	0%	0%	0%	0%	100%
Não preciso mais gastar dinheiro comprando água ou dependendo de caminhões-pipa.	0%	0%	0%	0%	100%
O tempo que eu levava para buscar água agora é usado para outras atividades mais produtivas.	0%	10%	0%	0%	90%
A água do poço artesiano atende a todas as necessidades da minha casa e da minha propriedade.	0%	10%	0%	0%	90%
A chegada do poço artesiano reduziu minhas preocupações com doenças causadas por água suja ou poluída.	0%	10%	0%	0%	90%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Na análise da Tabela 04, os resultados revelam unanimidade em algumas afirmações: 100% dos beneficiários afirmaram que o poço facilitou as tarefas do dia a dia, bem como melhorou a saúde e garantiu segurança quanto à disponibilidade de água potável, além da eliminação total da dependência de caminhões-pipa e outros meios, significando redução do tempo gasto para buscar água, redirecionado para atividades produtivas, como plantio e criação de animais. Em conformidade com Duque (2015), a eliminação de caminhões-pipa e o melhor acesso à água, mostra que a necessidade das mudanças estruturais pode surgir da demanda das próprias comunidades, cansadas de soluções emergenciais. Com isso, o tempo

que era gasto na busca de água pode ser direcionado para atividades que são produtivas para a comunidade.

Nas entrevistas, o impacto social, para os gestores, foi imediato, pois, em situações de várias comunidades, as famílias que pensavam em deixar o campo decidiram permanecer após a chegada do poço. No entanto, o programa não só forneceu água, mas também fortaleceu a permanência dessas famílias rurais, estimulando a produção local e evitando o deslocamento para outro local (E3). O impacto do projeto resultou para a permanência das famílias rurais, reforçando a ideia de que garantir o direito à água é um direito essencial. Neste sentido, Duque (2015) evidencia que as políticas públicas em consideração com a humanidade e necessidades da população são indispensáveis, pois ao oferecer soluções estruturais, permitem que famílias continuem morando na região sem depender de alternativas temporárias.

A Tabela 05 demonstra a percepção dos benefícios do poço artesiano para a comunidade.

Tabela 05 - Benefícios para a comunidade (n=10)

Afirmação	Disc. Total	Disc. Parc.	Não Conc. Nem Disc.	Conc. Parc.	Conc. Total
O uso compartilhado do poço artesiano fortaleceu a união na nossa comunidade.	0%	0%	0%	0%	100%
Acredito que o poço artesiano trará mais benefícios para nossa região no futuro.	0%	0%	0%	0%	100%
O saneamento básico (acesso à água potável, à coleta de esgoto e à coleta de lixo) melhorou a qualidade de vida na minha casa e em toda a comunidade.	10%	40%	0%	10%	40%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em relação à análise da Tabela 05, 100% dos participantes afirmaram que o uso compartilhado do poço ajudou a fortalecer a união comunitária. Além disso, 100% dos beneficiários acreditam que o poço artesiano trará benefícios para o futuro, como estabilidade no abastecimento e fomento à produção rural. Já em relação ao saneamento básico, as respostas são divididas, em que 50% concordam que houve melhoria na qualidade de vida com o acesso à água potável, enquanto os outros 50% demonstram discordância parcial ou total.

Embora o abastecimento de água tenha melhorado significativamente nas residências, ainda existem carências quanto à coleta de esgoto e à destinação de resíduos, apontando necessidade para ampliação das políticas públicas para o saneamento rural. Por outro lado, Ferreira, Ramos e Bernardes (2015) apontam a necessidade para que as políticas públicas considerem o saneamento básico de forma mais integrada envolvendo a sociedade nos planejamentos, e não apenas o abastecimento de água, por exemplo.

A Tabela 06 mostra as opiniões dos participantes em relação à conservação e tratamento dos poços artesianos.

Tabela 06 - Ações relacionadas à conservação e tratamento dos poços (n=10)

Afirmação	Disc. Total	Disc. Parc.	Não Conc. Nem Disc.	Conc. Parc.	Conc. Total
A comunidade está envolvida em manter o poço artesiano funcionando com água potável.	0%	0%	0%	10%	90%
Tenho consciência de que é preciso usar a água do poço com responsabilidade para não acabar com a mesma.	0%	0%	0%	0%	100%
Há informações sobre como usar e cuidar do poço e são claras.	50%	20%	10%	10%	10%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A análise da Tabela 06, demonstra que 90% dos beneficiários percebem o envolvimento comunitário na manutenção dos poços e 100% acreditam na importância do uso responsável da água. Contudo, 70% afirmam que as informações sobre uso e cuidados com o poço não foram tão claras, na hora da entrega, nem depois para a comunidade, evidenciando uma barreira na comunicação técnica. Diante disso, é interessante ter ações educativas e capacitações contínuas sobre a conservação, limpeza e uso racional da água, conforme sugerido pelos entrevistados. Na pesquisa de Nascimento, Campos e Costa (2021) destacam que o aumento excessivo do consumo de água, vem gerando preocupações, e que é preciso ter conscientização por parte da população, pois não adianta só falar dos riscos ou problemas ambientais que podem ser gerados no futuro. O que poderia funcionar melhor, como em caso de escassez hídrica, é mostrar como isso pode trazer vantagens, como economia financeira ou melhoria no cotidiano.

Em complemento, a Tabela 07 evidencia como os participantes percebem as condições presentes de saneamento básico em suas residências.

Tabela 07 - Ações relacionadas ao saneamento básico (n=10)

Afirmação	Disc. Total	Disc. Parc.	Não Conc. Nem Disc.	Conc. Parc.	Conc. Total
Na minha casa, temos um sistema adequado para descartar o esgoto e a água suja.	40%	0%	0%	0%	60%
O descarte do esgoto da minha casa não prejudica a saúde da minha família ou da comunidade.	10%	0%	0%	10%	80%
Entendo que o saneamento básico (água limpa, esgoto tratado, coleta de lixo) é fundamental para a saúde.	0%	0%	0%	0%	100%
O governo municipal também forneceu esgoto junto à implementação do poço	70%	10%	0%	10%	10%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A análise da Tabela 07 demonstra que o saneamento básico ainda é persistente nas áreas rurais. Cerca de 60% afirmaram que possuem um sistema adequado de descarte de esgoto, enquanto 40% discordaram totalmente. Os 100% dos beneficiários reconhecem a importância do saneamento básico para a saúde (água limpa, esgoto tratado e coleta de lixo). Todavia, apenas 20% confirmaram que o governo municipal forneceu a estrutura de esgoto

junto à instalação dos poços, mostrando que ainda há insuficiência de infraestrutura do saneamento básico. Para Anjos *et al.* (2024), é essencial o fornecimento do saneamentos básico, além da responsabilização do uso dos recursos hídricos e a preservação da água por parte da população, evidenciam que as ações não podem ser apenas temporárias ou depender apenas de uma gestão política específica, mas que haja continuidade da mesma, independente do governo.

Por fim, a Tabela 08, é um resumo da avaliação geral dos beneficiários quanto às percepções após a implementação dos poços artesianos.

Tabela 08 - Avaliação geral e percepção de mudança (n=10)

Afirmação	Disc. Total	Disc. Parc.	Não Conc. Nem Disc.	Conc. Parc.	Conc. Total
Antes do poço artesiano, vocês tinham muitas dificuldades para conseguir água limpa em casa.	10%	10%	0%	20%	60%
A qualidade da água do poço artesiano é potável para beber e para todas as nossas necessidades.	0%	0%	0%	0%	100%
O poço artesiano comunitário é uma solução duradoura e muito importante para sua comunidade.	0%	0%	0%	0%	100%
Estou satisfeito(a) com a maneira como o projeto dos poços artesianos foi implementado na comunidade.	0%	0%	0%	0%	100%
O poço está localizado em um terreno da prefeitura, com autorização legal, e sua manutenção é fiscalizada pela própria prefeitura.	90%	10%	0%	0%	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em relação a análise da Tabela 08, 100% dos beneficiários consideram que a água do poço é potável para consumir e adequada para as necessidades domésticas e produtivas. Todos também se sentiram satisfeitos com a execução do projeto, reconhecendo o poço como uma solução essencial para a comunidade, além de ser duradoura. Não obstante, 90% dos beneficiários relataram que o poço está em terreno particular. Isso indica a importância de ter acompanhamento técnico e administrativo para assegurar uma manutenção adequada de longo prazo.

Ao olhar pelos dois lados, percebe-se que os gestores veem o programa como uma iniciativa forte e com futuro por parte da política, e as famílias enxergam como uma mudança decisiva pode trazer mais tranquilidade, dignidade e esperança para quem vive no campo. O consenso positivo entre os estudos com os gestores e as famílias evidenciou dignidade e esperança, destacando a importância da conservação da água e do acesso a esse recurso essencial. Para Morlin e Euzébio (2019) é importante uma garantia de água potável, um bem indispensável para a população, sendo fundamental para reduzir a vulnerabilidade e assegurar uma saúde de qualidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa de perfuração de poços artesianos comunitários em Quaraí demonstrou que políticas públicas como essas, quando há um bom planejamento e execução com responsabilidade, podem transformar a realidade de pessoas que realmente necessitam desse auxílio e atenção. Neste caso estudado, o acesso à água potável mudou a rotina das famílias rurais, oportunizou melhor saúde, reduziu custos e também fortaleceu os laços comunitários.

Entre as análises dos gestores e dos beneficiários, foi possível afirmar que o programa atingiu parcialmente suas metas iniciais, com 25 poços entregues dos 30 que foram planejados inicialmente, demonstrando comprometimento e resultados ainda significativos, para o previsto, aplicando os recursos correspondentes aos poços entregues às comunidades. Assim, o projeto foi eficaz, garantindo o acesso à água potável para diversas comunidades rurais; eficiente, por ter uma boa aplicação dos recursos públicos e fiscalização; e efetivo, por gerar impactos sociais e produtivos para as comunidades atendidas.

Por parte dos gestores, houve sensibilidade ao ouvir as demandas da população e transparência na condução do processo. A atuação conjunta da Prefeitura e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi uma atuação responsável para a execução do programa, favorecendo benefícios a quem realmente precisava.

Os depoimentos das famílias mostram que há um lado mais humano no programa, em que para elas, a água representa mais do que uma necessidade, mas um sinônimo de vida. Ao poder abrir uma torneira e ver que agora tem uma água limpa para beber e utilizar na sua propriedade é significado de saúde, dignidade e esperança para um futuro mais próspero.

Apesar de ter resultados positivos, ainda persistem alguns desafios. É preciso manter o acompanhamento técnico e as análises de qualidade da água, ampliar o alcance do programa atendendo novas localidades, ter ações educativas sobre o uso e preservação do poço, além da transparência contínua dos investimentos e resultados por parte da Prefeitura. Outrossim, o desafio é integrar a iniciativa junto a uma visão mais ampla de saneamento básico, abordando questões importantes como coleta de esgoto e destinação adequada de resíduos, impactando de forma positiva na saúde e qualidade de vida da população rural.

Conclui-se, portanto, que o projeto de poços artesianos de Quaraí foi uma experiência bem sucedida de gestão pública participativa. Ele mostra que, quando o poder público trabalha com empatia e escuta os moradores e comunidades do município, é possível transformar desafios em realidades, levando não apenas água, mas dignidade, futuro e inclusão para o meio rural.

Entre as limitações da pesquisa, é relevante considerar o fato do estudo ter se concentrado apenas no município de Quaraí, o que, por conseguinte, restringe a generalização dos resultados obtidos para outras regiões. Além disso, o número reduzido de participantes da pesquisa pode se mostrar pequena em relação às famílias beneficiadas. Assim sendo, a coleta de dados ocorreu em um período específico, não permitindo observar as mudanças a longo prazo nas comunidades ou nos impactos sociais e econômicos das comunidades contempladas a partir do programa de poços artesianos.

Em contribuição para pesquisas futuras, as análises e resultados apresentados podem servir de modelo para estudos comparativos entre outros municípios, além de avaliações de impacto de médio e longo prazo e análises voltadas para entender melhor a sustentabilidade hídrica de comunidades atingidas. Portanto, os resultados obtidos incentivam novas investigações sobre as participações comunitárias na gestão dos poços e também do papel que a administração pública tem em relação à manutenção e ampliação dessas políticas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, N. A. **Planejamento governamental para municípios: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANJOS, D. S.; LIMA, C. N.; SANTOS, A. S; SANTOS, M. I; SIQUEIRA, C. G.; FRAGA, L. E.; MEIADO, M. V. Qualidade da água de poços artesianos que abastecem a zona rural do Estado de Sergipe. **Revista Macambira**, Serrinha, BA , v. 8, n. 1, p. 1-20, jan./dez. 2024. Disponível em: <https://revista.lapprudes.net/RM/article/view/1368>. Acesso em: 31 mai. 2025.

AZEVEDO, R. R.; VARELA, P. S.; SUZART, J. A. S. Complexidades emergentes em contabilidade e orçamento público: reflexões para uma agenda de pesquisa. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, SP, v. 35, n. 96, p. 1-9, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/232934> . Acesso em: 28 mai. 2025.

BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). **Manual da metodologia para avaliação da execução de programas de governo**. Brasília: CGU, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/manual_aepg.pdf. Acesso em: 4 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 de julho de 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm. Acesso em: 7 jun. 2025.

DUQUE, G. Água para o desenvolvimento rural: a ASA e os Programas P1MC e P1+2 - Desafios da participação sociedade civil - governo. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2015. p. 201-216. Disponível em: https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/06/Livro_Políticas_publicas.pdf. Acesso em: 1 jun. 2025.

GIACOMONI, J. **Orçamento Público** . 19. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023.

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, I.; BRITTO, V. **Em 2023, um em cada três domicílios rurais era abastecido por rede geral de água**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42292-em-2023-um-em-cada-tres-domicilios-rurais-era-abastecido-por-rede-geral-de-agua#:~:text=Em%202023%2C%2085%2C9%25,8%25%2C%20na%20Regi%C3%A3o%20Sudeste>. Acesso em: 4 jun. 2025.

GRANZIERA, M. L. M. **Direito de águas: disciplina jurídica das águas doces**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2015. p. 19-22. Disponível em: https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/06/Livro_Políticas_publicas.pdf. Acesso em: 1 jun. 2025.

IKEDA, A. A. Reflections on qualitative research in business. **Revista de Gestão**, São Paulo, SP, v. 16, n. 3, p. 49–64, jul./set. 2009. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/228371866_Reflections_on_qualitative_research_in_business. Acesso em: 20 mai. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Quaraí (RS):** panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/quarai/panorama>. Acesso em: 26 mai. 2025.

LIMA, D. V. **Orçamento, contabilidade e gestão no setor público**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

LOPES, O. U. Pesquisa básica versus pesquisa aplicada. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 5, n. 13, p. 219–221, mai./ago. 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/4wdLMNPZSxMTGx3tS5pbkgG>. Acesso em: 18 mai. 2025.

MORLIN, V. T.; EUZÉBIO, S. R. M. Direito à água: um direito humano de três dimensões. **Revista do Conselho Nacional do Ministério Público**, Brasília, DF, v. 260, n. 7, p. 59–81, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36662/revistadocnmp.i7.102>. Acesso em: 15 abr. 2025.

NASCIMENTO, A. C. L.; CAMPOS, P. O.; COSTA, M. F. Influência do foco regulador permanente e consciência ecológica no consumo consciente de água. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, RS, v. 11, n. 1, p. 138–161, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/raimed/article/view/4333/0>. Acesso em: 10 abr. 2025.

OLIVEIRA, L. L.; CARVALHO, E. K. M. A.; SILVA, J. C.; MEDEIROS, M. D. G. N. Análise das Formas de Acesso à Água e a Incidência de DIP. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, Campina Grande, PB, v. 7, n. 1, p. 102–115, Jul., 2017. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/565>. Acesso em: 01 abr. 2025.

OLIVEIRA, S.; GUIMARÃES, O. M.; FERREIRA, J. L. As entrevistas semiestruturadas na pesquisa qualitativa em educação. **Revista Linhas**, Florianópolis, SC, v. 24, n. 55, p. 210–236, jul., 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/1984723824552023210>. Acesso em: 02 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. **Resolução A/RES/64/292, de 28 de julho de 2010**. Reconhecimento do direito à água potável segura e ao saneamento como direito humano. Nova Iorque: ONU, 2010. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/687002/files/A_RES_64_292-EN.pdf. Acesso em: 26 mai. 2025.

PEREZ, M. A. A participação da sociedade na formulação, decisão e execução das políticas públicas. In: BUCCI, M. P. D. (Org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do estudo científico: métodos e técnicas da pesquisa e do estudo acadêmico**. Novo Hamburgo: ASPEUR, 2013.

QUARAÍ. **Lei Municipal n.º 3.845, de 19 de outubro de 2021.** Institui o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022–2025. Disponível em: Câmara Municipal de Quaraí/RS. Disponível em: <https://www.camaraquarai.rs.gov.br/proposicoes/pesquisa/0/1/0/5136>. Acesso em: 14 jun. 2025.

QUARAÍ. **Lei Municipal n.º 3.846, de 19 de outubro de 2021.** Institui a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022. Câmara Municipal de Quaraí/RS. Disponível em: <https://www.camaraquarai.rs.gov.br/proposicoes/pesquisa/0/1/0/5136>. Acesso em: 14 jun. 2025.

QUARAÍ. **Lei Municipal n.º 3.876, de 28 de dezembro de 2021.** Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2022 (LOA). Câmara Municipal de Quaraí/RS. Disponível em: <https://www.camaraquarai.rs.gov.br/proposicoes/pesquisa/0/1/0/5137>. Acesso em: 14 jun. 2025.

QUARAÍ. **Lei Municipal n.º 3.967, de 13 de outubro de 2022.** Institui a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023. Câmara Municipal de Quaraí/RS. Disponível em: <https://www.camaraquarai.rs.gov.br/proposicoes/pesquisa/0/1/0/6223>. Acesso em: 14 jun. 2025.

QUARAÍ. **Lei Municipal n.º 3.987, de 16 de dezembro de 2022.** Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2023 (LOA). Câmara Municipal de Quaraí/RS. Disponível em: <https://www.camaraquarai.rs.gov.br/proposicoes/pesquisa/0/1/0/6027>. Acesso em: 14 jun. 2025.

QUARAÍ. **Lei Municipal n.º 4.070, de 18 de setembro de 2023.** Institui a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024. Câmara Municipal de Quaraí/RS. Disponível em: <https://www.camaraquarai.rs.gov.br/proposicoes/pesquisa/0/1/0/6849>. Acesso em: 14 jun. 2025.

QUARAÍ. **Lei Municipal n.º 4.101, de 15 de dezembro de 2023.** Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2024 (LOA). Câmara Municipal de Quaraí/RS. Disponível em: <https://www.camaraquarai.rs.gov.br/proposicoes/pesquisa/0/1/0/6848>. Acesso em: 14 jun. 2025.

QUARAÍ. **Lei Municipal n.º 4.167, de 14 de novembro de 2024.** Institui a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025. Câmara Municipal de Quaraí/RS. Disponível em: <https://www.camaraquarai.rs.gov.br/proposicoes/pesquisa/0/1/0/7385>. Acesso em: 14 jun. 2025.

QUARAÍ. **Lei Municipal n.º 4.179, de 27 de dezembro de 2024.** Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2025 (LOA). Câmara Municipal de Quaraí/RS. Disponível em: <https://www.camaraquarai.rs.gov.br/proposicoes/pesquisa/0/1/0/7452>. Acesso em: 14 jun. 2025.

SANTOS, J. G. Entre a seca e a cerca: um olhar histórico em torno das águas no Nordeste Brasileiro. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, v. 21, n. 59, p. 158-181, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/13092>. Acesso em: 14 jun. 2025.

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. **Políticas públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. ed. Porto Alegre: Cengage Learning Brasil, 2024.

SENNA, D. A.; PEREIRA, L. P.; REZENDE, S. Desafios para a expansão do saneamento em áreas rurais: Caracterização de ruralidades por meio de algoritmos de aprendizado de máquina. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE**, Ribeirão Preto, SP, v. 14, n. 4, p. 1-18, nov., 2023. Disponível em: <https://racef.fundace.org.br/index.php/racef/article/view/1125>. Acesso em: 02 mai. 2025.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do estudo científico**. São Paulo: Cortez, 2014.

TONETTO, L. M.; BRUST-RENCK, P. G.; STEIN, L. M. Perspectivas metodológicas na pesquisa sobre o comportamento do consumidor. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 34, n. 1, p. 180–195, jan./mar., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/b4YYN9wycwMHNhdMn9dVXsv/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

YIN, R. K. **Estudo de caso**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YOUNG, J. **Paradigmas da participação pública**: uma análise da efetividade dos Comitês de Bacia do RS por meio da proposição de indicadores de desempenho. 2018. 261 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/4157/1/Juliana%20Young%202018%20tese.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS GESTORES

Dados Básicos do Entrevistado:

- Nome (Opcional):
- Idade: ____ anos
Gênero: () Masculino () Feminino () Outro
Cargo/função:
- Tempo de atuação no cargo/função: ____ anos

Perguntas:

I. Sobre o Programa de Poços Artesianos

1. Por que o município de Quaraí decidiu perfurar poços artesianos na zona rural?
2. Como a Secretaria de Agricultura se envolve no programa de poços artesianos?
3. Como vocês decidem onde os poços serão perfurados?

II. Sobre a Execução e o Custo dos Poços

4. Quantos poços foram planejados para serem feitos?
5. Quantos poços foram entregues de 2022 a 2024? Teve algum atraso ou mudança? Se sim, por que aconteceu?
6. Como a Secretaria acompanha para que o dinheiro seja bem usado nos poços?
7. Quais são as maiores dificuldades para construir e manter os poços e para garantir que a água seja boa para beber?
8. Quais são os procedimentos adotados pela gestão municipal para garantir que a água dos poços artesianos distribuída à população seja potável e segura para o consumo humano?

III. Sobre os Benefícios para a Comunidade

10. Na sua opinião, como os poços artesianos estão ajudando os moradores da zona rural a ter água para beber?
11. Que melhorias vocês notam na vida das pessoas que usam os poços? (Por exemplo: saúde, menos estudo, etc.)
12. Vocês conversam com a comunidade sobre como usar a água do poço de forma responsável?
13. Os moradores podem dar ideias ou participar das decisões sobre os poços? Se sim, como?

14. Como vocês veem o impacto desse programa na vida das famílias rurais a longo prazo?

IV. Sugestões e Outros Comentários

15. O que poderia ser feito para melhorar ainda mais o programa de poços artesianos aqui em Quaraí? Há mais projetos para fazer poços para essas comunidades?
16. Tem algo mais que você gostaria de dizer sobre os poços ou o acesso à água na zona rural.

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS BENEFICIÁRIOS

Dados do Beneficiário

1. Nome completo (opcional): _____
2. Idade: _____ anos
3. Gênero: () Masculino () Feminino () Outro
4. Tempo que mora na comunidade: _____ anos
5. Número de pessoas na residência: _____
6. Há crianças na casa? () Sim () Não Ou idosos? () Sim () Não Ou ambos? () Sim () Não
7. A propriedade é usada para agricultura? () Sim () Não Ou pecuária? () Sim () Não Ou ambos? () Sim () Não

Sobre as respostas: Para cada afirmação abaixo, pedimos que você indique o quanto concorda, usando a seguinte escala:

- **1 - Discordo Totalmente**
- **2 - Discordo Parcialmente**
- **3 - Não Concordo Nem Discordo**
- **4 - Concordo Parcialmente**
- **5 - Concordo Totalmente**

BENEFÍCIOS PARA AS FAMÍLIAS						
	Afirmação	1 Disc. Tot.	2 Disc. Parc.	3 Não Conc. Nem Disc.	4 Conc. Parc.	5 Conc. .Tot.
Questão 01	O poço artesiano facilitou muito as tarefas do dia a dia da sua família.					
Questão 02	O acesso à água do poço melhorou a saúde de todos na sua casa.					
Questão 03	Me sinto mais seguro(a) em relação à disponibilidade de água por causa do poço artesiano.					
Questão 04	Não preciso mais gastar dinheiro comprando água ou dependendo de caminhões-pipa.					
Questão 05	O tempo que eu levava para buscar água agora é usado para outras atividades mais produtivas.					
Questão 06	A água do poço artesiano atende a todas as necessidades da minha casa e da minha propriedade.					
Questão 07	A chegada do poço artesiano reduziu minhas preocupações com doenças causadas por água suja ou poluída.					
BENEFÍCIOS PARA A COMUNIDADE						
	Afirmação	1 Disc. Tot.	2 Disc. Parc.	3 Não Conc. Nem Disc.	4 Conc. Parc.	5 Conc. .Tot.
Questão 08	O uso compartilhado do poço artesiano fortaleceu a união na nossa comunidade.					
Questão 09	Acredito que o poço artesiano trará mais benefícios para nossa região no futuro.					

Questão 10	O saneamento básico (acesso a água potável, à coleta de esgoto e à coleta de lixo) melhorou a qualidade de vida na minha casa e em toda a comunidade.					
	AÇÕES RELACIONADAS À PREFEITURA E À SECRETARIA DE AGRICULTURA					
	Afirmação	1 Disc. Tot.	2 Disc. Parc.	3 Não Conc. Nem Disc.	4 Conc. Parc.	5 Conc. .Tot.
Questão 11	A Prefeitura ou a Secretaria de Agricultura tem considerado a opinião da comunidade sobre o poço.					
Questão 12	Estou satisfeito(a) com a maneira como o projeto dos poços artesianos foi implementado aqui.					
Questão 13	O governo municipal tem mostrado preocupação em melhorar o saneamento (acesso a água potável, à coleta de esgoto e à coleta de lixo) na nossa comunidade rural.					
	AÇÕES RELACIONADAS À CONSERVAÇÃO E TRATAMENTO DOS POÇOS					
	Afirmação	1 Disc. Tot.	2 Disc. Parc.	3 Não Conc. Nem Disc.	4 Conc. Parc.	5 Conc. .Tot.
Questão 14	A comunidade está envolvida em manter o poço artesiano funcionando com água potável.					
Questão 15	Tenho consciência de que é preciso usar a água do poço com responsabilidade para não acabar com a mesma.					
Questão 16	Há informações sobre como usar e cuidar do poço e são claras.					
	AÇÕES RELACIONADAS AO SANEAMENTO BÁSICO					
	Afirmação	1 Disc. Tot.	2 Disc. Parc.	3 Não Conc. Nem Disc.	4 Conc. Parc.	5 Conc. .Tot.

Questão 17	Na minha casa, temos um sistema adequado para descartar o esgoto e a água suja.					
Questão 18	O descarte do esgoto da minha casa não prejudica a saúde da minha família ou da comunidade.					
Questão 19	Entendo que o saneamento básico (água limpa, esgoto tratado, coleta de lixo) é fundamental para a saúde.					
Questão 20	O governo municipal também forneceu esgoto junto à implementação do poço					
AVALIAÇÃO GERAL E PERCEPÇÃO DE MUDANÇA						
	Afirmação	1 Disc. Tot.	2 Disc. Parc.	3 Não Conc. Nem Disc.	4 Conc. Parc.	5 Con. Tot.
Questão 21	Antes do poço artesiano, vocês tinham muitas dificuldades para conseguir água limpa em casa.					
Questão 22	A qualidade da água do poço artesiano é potável para beber e para todas as nossas necessidades.					
Questão 23	O poço artesiano comunitário é uma solução duradoura e muito importante para sua comunidade.					
Questão 24	Estou satisfeito(a) com a maneira como o projeto dos poços artesanais foi implementado na comunidade.					
Questão 25	O poço está localizado em um terreno da prefeitura, com autorização legal, e sua manutenção é fiscalizada pela própria prefeitura.					